



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

Nova Friburgo, 07 de fevereiro de 2022.

Exma. Sra. Dra. Procuradora Geral do Município,

Cumprimentando-o cordialmente, em resposta a impugnação da empresa Transfree Locadora de Veículos LTDA-ME, referente ao edital nº019/2021, objeto Transporte Escolar, para atender às necessidades dos alunos da Educação Básica da Rede Municipal de Nova Friburgo, residentes na zona rural e/ou localidades de difícil acesso e/ou portadores de necessidades especiais com dificuldade de locomoção (cadeirante, e/ou com comprometimento de mobilidade comprovado). Educação Infantil – Pré Escolar; Ensino Fundamental – Anos iniciais e finais do Ensino Regular, referente ao processo nº 21349/2021.

Inicialmente, a Secretaria Municipal de Educação vem se pronunciar sobre as respostas da Comissão de Pregão I, constante às folhas 52/57, correspondente aos itens abaixo discriminados e após encaminha o presente processo administrativo para apreciação quanto a sua legalidade pela douta Procuradoria:

- Item A): No que pertine ao item das normas aplicáveis, veículos e demais disposições embora conste no edital o cumprimento da Portaria Denatran 159/2017, além das características dos veículos para transporte escolar, preconizadas pelo FNDE, o disposto nos artigos 136 a 139 do CTB e a Lei Municipal nº 3.336/03 e a Portaria Nº 010/2006 Autran. A Secretaria Municipal de Educação entende que o edital não deve exigir, tanto para credenciamento quanto para habilitação, que as licitantes apresentem atestado de vistoria dos veículos emitido pela Administração, bem como relação de veículos, com respectivos dados técnicos e Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV, para não incorrer em caráter restritivo como qualificação técnica prevista no art. 30 da Lei 8.666/93, bastando à mera apresentação de declaração formal da disponibilidade dos veículos.

Ressalta que o TCU tem entendimento sedimentado sobre o assunto, contido na Súmula 272: 'No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e



de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato. Sendo assim a exigência quanto à inclusão no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV, para a especificidade de transporte escolar deverá constar como cláusula contratual a regularização no prazo máximo de 30 dias da assinatura e publicação do extrato contratual, o que ora requer a análise quanto a sua legalidade por esta douta Procuradoria.

- Item B): Segundo a douta lição do Egrégio Tribunal de Contas da União, em sua obra “Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU, diz que:
“Subcontratação consiste na entrega de parte de fornecimento de bem, execução de obra ou prestação de serviço a terceiro, estranho ao contrato, para que execute em nome do contratado item, etapa ou parcela do objeto avençado.” (4. ed. Brasília: TCU, 2010)

Depreende-se do disposto na Lei nº 8.666/93, extraem-se quatro importantes aspectos da subcontratação:

A decisão acerca de sua admissão, ou não, constitui mérito administrativo;

A Administração deve estabelecer os limites máximos para subcontratação, quando admiti-la, sendo vedada a subcontratação total do objeto;

Deve ser prevista expressamente no edital e no contrato;

O contratado permanece responsável pelas obrigações contratuais e legais, não se confundindo com a sub-rogação prevista nos artigos 346 a 351, do Código Civil.

Assim, verifica-se, primeiramente, que a admissão de subcontratação, ou não, constitui decisão administrativa de cunho técnico e/ou administrativo. Com efeito, a Administração contratante define todos os contornos da avença, inclusive o de admitir a subcontratação, conforme suas necessidades, as características do mercado e a disponibilidade deste em relação ao objeto do certame.



Nesse diapasão, no Acórdão TCU nº 2002/2005 – Plenário, o Ministro Relator consignou em seu voto que a subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, e nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 3º, Lei nº 8.666/93). (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU 4. ed. Brasília: TCU, 2010)

O objeto do Termo de Referência, assim está descrito: “Contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de Transporte Escolar, para atender às necessidades dos alunos da Educação Básica da Rede Municipal de Nova Friburgo, residentes na zona rural e/ou localidades de difícil acesso e/ou portadores de necessidades especiais com dificuldade de locomoção (cadeirante, e/ou com comprometimento de mobilidade comprovado). Educação Infantil – Pré Escolar e Ensino Fundamental – Anos iniciais e finais do Ensino Regular”. (grifo nosso)

Cumpre ressaltar que a Secretaria Municipal de Educação não elaborou um Termo de Referência cujo objeto é a locação do Transporte Escolar e sim a prestação do serviço de transporte escolar, nele incluídos, os veículos e mão de obra especializada, o Termo de Referência prevê que não é permitida a subcontratação, isto é, que terceiro estranho ao contrato não possa prestar o serviço de transporte escolar para a Administração Pública.

O Termo de Referência prevê que 50% (cinquenta por cento) dos veículos de cada lote devem ser de propriedade do licitante e não veda que os outros 50% (cinquenta por cento) advenham de posse, quer seja através de contrato de locação ou comodato, contanto que a mão de obra contratada e execução do serviço seja realizada exclusivamente pela empresa ganhadora do certame, uma vez que é proibida a subcontratação da prestação do serviço, sendo ela a responsável total por sua execução.

- Item C) acata na íntegra a resposta da Comissão de Pregão quanto a não exigência de visita técnica;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E E D U C A Ç Ã O

- Item D) acata na integra a resposta da Comissão de Pregão quanto diferença da planilha LOTE 02;
- Item E) acata na integra a resposta da Comissão de Pregão quanto à ausência de previsão de prazo para a entrega de documentos exigidos no edital;
- Item F) acata na integra a resposta da Comissão de Pregão quando do fato do príncipe e corrobora integralmente com o parecer da douta Procuradoria no Processo instrutivo de número 21349/2021 às folhas 264/267 quando da colocação quanto a remuneração por diária e prestação de serviço ser por efetiva demanda e não se dar de forma continuada, podendo haver inclusive suspensão temporária.

Sendo o que há para expor, por ora, despeço-me, colocando-me a disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o caso em tela, e renovando desde já, os votos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

CAROLINE MOURA KLEIN
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MAT. 990953